



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA - SECEF  
**PA 0000631-98.2022.5.09.0000**  
REQUERENTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
REQUERIDO: MUNICIPIO DE IVAIPORA

### CONCLUSÃO

Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao Exmo. Desembargador Presidente deste TRT em virtude do requerimento do município registrado sob o id d873763, bem como dos pareceres técnicos da Secef id 847e754 e id 8644ec6.

Curitiba, 10/01/2025

Vanderlei Crepaldi Peres

Diretor de Secretaria

### DECISÃO

1. Na decisão id 01a0aab, exarada em 5 de novembro passado, determinou-se o aumento no valor das parcelas mensais destinadas ao pagamento de precatórios nos seguintes termos:

Ante o exposto, sob a regência das normas constitucionais e das Resoluções CNJ 303/2019 e CSJT 314/2021, cumprindo a referida recomendação da C. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (PJeCor-TST-0000337-65.2023.2.00.0500) e adotando o parâmetro estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ-Consulta-0005032-44.2022.2.00.0000), impõe-se elevar as parcelas mensais devidas pelo, destinadas à quitação de seus precatórios trabalhistas, município e Ivaiporã para o (seiscentos e trinta e seis mil reais), que corresponde a 5% valor de R\$ 636.000,00 (cinco por cento) da média mensal da sua RCL, como detalhado na informação id 847e754.

2. O município de Ivaiporã apresentou manifestação em 3 de dezembro (id d873763), acompanhada de parecer técnico elaborado pela sua Contadoria (Comunicado Interno nº 20/2024).

3. Argumentou, em síntese, que:

3.1 Nem todas as parcelas da RCL, tomadas como base no estudo realizado pela Secef (id 847e754), destinado à definição dos valores relativos às parcelas mensais, poderiam ser consideradas, conforme sustentou a Contadoria Municipal em seu parecer (Comunicado Interno nº 20/2024);

3.2 Do valor global das receitas também deveriam ser deduzidas as despesas com folha de pagamento e encargos legais;

3.3 Deveriam ser consideradas também os débitos habilitados em precatórios expedidos pela Justiça Comum.

4. O município asseverou que “não há como cumprir a determinação *[de elevação do valor da parcela mensal]* sem o comprometimento do funcionamento das atividades da Prefeitura de Ivaiporã”, propondo a elevação dos depósitos mensais para R\$ 275.000,00.

5. Por fim, postulou supletivamente a designação de “audiência com os credores dos precatórios, tendo em vista a autonomia de vontade dos mesmos, sem a qual o acordo originário não teria sido entabulado”.

6. Posteriormente, o município solicitou audiência para melhor expor os seus argumentos e a sua situação financeira, razão pela qual foi realizada audiência perante o r. Juízo Auxiliar da Presidência em Precatórios, no último dia 19 de dezembro.

7. Diante da necessidade de se analisar os documentos e as novas informações apresentadas pelo município, determinou-se o sobrestamento da ordem de elevação das parcelas mensais (id 01a0aab), bem assim a realização de estudo técnico pela Secef.

8. Nesse sentido, as informações adicionais para a instrução do estudo em referência, obtidas pela Secef junto à Contadoria Municipal, foram consolidadas no documento id 203926f, que deu origem à consulta junto ao Município no sentido de “indicar a correção ou incorreção dos números/valores acima”. A Secef atestou, nesse mesmo documento (id 203926f), que o município confirmou a correção dos números/valores indicados no estudo citado.

9. Passa-se à análise dos documentos e informações apresentadas pelo município, bem como das informações juntadas aos autos pela secretaria.

10. Examina-se, inicialmente, a questão relativa ao **valor mínimo a ser disponibilizado para o pagamento de cada parcela mensal**.

11. Nos termos da decisão id 01a0aab, o valor da parcela mensal, até então de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), deveria ser elevado para R\$ 636.000,00 (seiscentos e trinta e seis mil reais), com base no estudo técnico id 847e754.

12. O referido estudo foi confrontado pelo município, consoante síntese antes exposta, o que ensejou nova análise técnica pela Secef, juntada aos autos sob o id 8644ec6, na qual se ratificou o valor mínimo a ser pago mensalmente pelo município (R\$ 636.865,15).

13. Como sublinhado no parecer da secretaria, a RCL tem como objetivo precípuo a “obtenção de referência uniforme para o País, em todas as instâncias de governo, para o cálculo de limites de gastos”. Nesse contexto, tendo em vista as múltiplas aplicações e implicações relacionadas à RCL, necessário distinguir e delinear os seus contornos no caso sob exame, em que esse referencial se destine a constituir parâmetro para o pagamento de precatórios.

14. A matéria encontra-se disciplinada pelo artigo 100 da Constituição Federal:

§ 17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.

§ 18. Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata o § 17, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e **deduzidas:**

I - na União, as parcelas entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios por determinação constitucional;

II - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

III - na União, nos Estados, no Distrito Federal e **nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.** [grifou-se]

15. Importa considerar que a adoção da RCL como parâmetro de pagamento no regime geral de precatórios foi reconhecida expressamente, em 2022, pelo C. Conselho Nacional de Justiça, nos termos da decisão proferida nos autos da Consulta nº 0005032-44.2022.2.00.0000.

16. Não se verifica, nas manifestações do município, qualquer demonstração de que os estudos id 847e754 e id 8644ec6 deixaram de observar as regras constitucionais para a apuração do valor devido. Ademais, o município, em suas

argumentações, deixou de apresentar os fundamentos legais e jurisprudenciais passíveis de sustentar a sua tese.

17. Portanto, impõe-se **manter o valor mínimo de cada parcela mensal devida pelo município em R\$ 636.000,00 (seiscentos e trinta e seis mil reais)**, sob pena de se afrontar a norma constitucional (CF, art. 100), a decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0005032-44.2022.2.00.0000) e a recomendação da C. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (PJeCor-TST-0000337-65.2023.2.00.050).

18. Oportuno ressaltar que esta Presidência não ignora os impactos da elevação em apreço nas finanças do município e suas implicações na gestão pública, como exposto pelo Exmo. Prefeito Municipal em suas manifestações nos autos e na audiência perante o r. Juízo Auxiliar em Precatórios.

19. Contudo, ainda que sensível à questão, a majoração se impõe para o estrito cumprimento das regras constitucionais, das normas e decisões dos C. Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem assim das recomendações da C. Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, como relatado.

20. Ademais, não se pode perder de vista que a Presidência do Tribunal, em sede de precatórios, exerce função administrativa, cabendo-lhe dar cumprimento às requisições de pagamento que se processam por esse regime, sem ingressar na seara jurisdicional, com os seus contornos decisórios próprios.

21. Não é demais lembrar o que preceitua o parágrafo 7º do artigo 100 da Constituição Federal:

O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

22. Examina-se, agora, as **implicações relativas ao pagamento de precatórios expedidos pela Justiça Comum.**

23. O município argumentou que, na apuração dos valores a serem destinados aos pagamentos dos precatórios trabalhistas, devem ser considerados os aportes relativos aos precatórios expedidos pela Justiça Comum.

24. Considere-se, a princípio, que o município se submete ao regime comum de precatórios, com regras distintas do regime especial, notadamente quanto à unificação das listas de precatórios de todos os Tribunais, sob a gestão do Tribunal de Justiça.

25. De toda sorte, conquanto a legislação vigente não trate de eventual necessidade de compatibilização no pagamento de precatórios de múltiplos Tribunais no regime comum, não se pode ignorar que tal situação, que pode repercutir de forma relevante nas finanças do ente devedor, requer exame cuidadoso.

26. No caso, o município reporta a existência de precatórios expedidos pelos Tribunais de Justiça do Paraná e de São Paulo.

27. Entretanto, como revela o estudo id 8644ec6, ratificado (nesse ponto) pelo município na consulta id 203926f, “remanescem pendentes de pagamento, em relação à Justiça Comum, apenas precatórios pertencentes ao orçamento 2025, todos expedidos pelo TJPR, totalizando R\$ 2.898.006,46”, ou seja, precatórios ainda não vencidos.

28. Impõe-se, portanto, sob a regência do artigo 100 da Constituição Federal, verificar a dívida atual do município habilitada em precatórios até o orçamento 2024, retratada no quadro abaixo, elaborado pela secretaria (id 847e754).

Orçamento	Total da dívida (estimativa)
2014	5.338.493,54
2015	8.108.086,89
2016	3.006.201,25
2017	237.635,01
2019	286.478,22
2020	54.398,90
<b>Subtotal 1</b>	<b>17.031.293,82</b>
2024	175.870,68
2025	144.967,26
2026	246.645,01
<b>Subtotal 2</b>	<b>567.482,95</b>
<b>Total</b>	<b>17.598.776,77</b>

*Subtotal 1: precatórios objeto do acordo*

*Subtotal 2: precatórios sem acordo*

29. Observa-se que a dívida do município em precatórios trabalhistas, até o orçamento 2024, equivale a R\$ 17.207.164,50 (em valores históricos, passíveis de atualização).

30. Logo, a quitação desse passivo (até o orçamento 2024), caso se admita a tese de compatibilização no pagamento de precatórios expedidos por múltiplos Tribunais no regime comum, deve preceder ao pagamento dos precatórios do orçamento 2025 e seguintes, sob pena de violação da regra expressa no citado artigo 100.

31. Consequentemente, o **valor reconhecido para cada parcela mensal (R\$ 636.000,00) deve ser destinado integralmente à quitação dos precatórios trabalhistas pertencentes ao orçamento 2024 e anteriores.**

32. Oportuno esclarecer que não se ingressa no mérito do pagamento de precatórios expedidos por outros Tribunais, o que, por óbvio, escapa da competência desta Presidência. Trata-se, tão somente, de se reconhecer os valores que devam ser destinados ao pagamento dos precatórios expedidos pelo TRT9 (parcelas mensais de R\$ 636.000,00, como exposto).

33. Compete ao município de Ivaiporã, querendo, postular junto aos demais Tribunais, como fez neste TRT, eventual adequação no pagamento de precatórios, tendo em vista possível superação do prazo constitucional para o pagamento de precatórios pertencentes a orçamentos futuros, como alerta a secretaria: "Tendo em conta um pagamento mensal de R\$ 636 mil e a evolução da dívida baseada na taxa Selic de 0,91% ao mês (referente a média dos últimos 12 meses), estima-se que a quitação integral dessa parte do débito ocorra em tempo não inferior a 31 meses, como demonstrado na simulação do Anexo 1. Por conseguinte, nesse patamar de parcelas mensais, a quitação integral dos precatórios dos orçamentos até 2024 avançaria nos exercícios 2025, 2026 e 2027".

34. Por fim, no que toca ao pedido de designação de "audiência com os credores dos precatórios, tendo em vista a autonomia de vontade dos mesmos, sem a qual o acordo originário não teria sido entabulado", sublinhe-se que, como exposto na decisão id 01a0aab, a elevação determinada se dá por disciplina judiciária, cumprindo a mencionada recomendação da C. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (PJeCor-TST-0000337-65.2023.2.00.0500), da qual se extrai o seguinte trecho:

No caso do Município de Ivaiporã, o cronograma de pagamento homologado em 13/6/2019 impedirá a quitação dos precatórios inscritos até o momento com vencimento nos anos de 2024, 2025 e 2026. Isso porque deste acordo de 2019 foram quitados 59 (cinquenta e nove) precatórios e 125 (cento e vinte e cinco) precatórios ainda aguardam pagamento, com a dívida global no valor de R\$11.115.936,73 (onze milhões cento e quinze mil novecentos e trinta e seis reais e setenta e três centavos), de acordo com as informações encaminhadas pelo TRT. Respeitado o valor da retenção mensal de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais) do FPM, o pagamento da última parcela ocorrerá somente em dezembro de 2029.

De outro tanto, em consulta realizada ao portal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constatou-se que o valor que vem sendo retido do Município de Ivaiporã corresponde a 1,44% de sua Receita Corrente Líquida mensal. Por conseguinte, considerando que esse



percentual tem sido descontado desde meados de 2019, a Ministra Corregedora-Geral recomenda que o TRT9 promova o reajuste dessas retenções, à luz da Consulta CNJ nº 0005032-44.2022.2.00.0000, visando ao saldamento da dívida em prazo mais reduzido.

35. Ante o exposto, **mantenho a decisão id 01a0aab**, reafirmando os fundamentos que a sustentam, e **determino a elevação do valor de cada parcela mensal destinada ao pagamento de precatórios trabalhistas para R\$ 636.000,00 (seiscentos e trinta e seis mil reais).**

36. Para o cumprimento da decisão, determino à secretaria:

36.1 Intime o município de Ivaiporã nos autos do processo administrativo PJe-PA 0000631-98.2022.5.09.0000;

36.2 Junte cópia da presente decisão em todos os autos de precatório pertencentes ao orçamento 2024 e anteriores, intimando-se os credores;

36.3 Junte cópia da presente decisão em todos os autos de precatório pertencentes ao orçamento 2025 e seguintes, intimando-se os credores, considerando as implicações na evolução dos pagamentos desses créditos.

37. Com o decurso de prazo, cumpra-se a decisão.

CURITIBA/PR, 11 de janeiro de 2025.

**CÉLIO HORST WALDRAFF**

Desembargador Presidente do TRT9



Documento assinado eletronicamente por CÉLIO HORST WALDRAFF, em 11/01/2025, às 13:07:18 - f8858fb  
<https://pje.trt9.jus.br/pjekz/validacao/25011013344593100000073446444?instancia=2>  
Número do processo: 0000631-98.2022.5.09.0000  
Número do documento: 25011013344593100000073446444